

29 E 30 DE ABRIL E 1 DE MAIO DE 2016

**1º Subscritor: Pedro Miguel Correia Alves Monteiro – 218735**

**JSD AMADORA**

## **“LIGAR PORTUGAL”**

Hoje, a evolução tecnológica e as suas consequências são parte natural do nosso dia-a-dia. De entre as mais variadas formas de transmitir dados, seja para comércio ou serviços, começamos a observar tendências associadas às tecnologias de informação que se tornam serviços úteis e utilizados, como por exemplo a UBER ou o MEO Parking, controlados através de um *smartphone* e que disponibilizam quase de imediato a solução que procuramos.

Este tipo de serviços, não tem qualquer outra finalidade senão aliar a comodidade do utilizador à realização do seu desejo/necessidade, o que no mundo do Marketing, é apelidado de produto segmentado ou, neste caso, personalizado.

Com toda esta evolução entre meios e serviços e conseqüente adaptação da nossa cultura e tradição enquanto cidadãos, podemos concluir que, a médio-longo prazo, o futuro passará fortemente pela utilização deste tipo de soluções, o que em teoria, contribuiria para um afastamento da vida em sociedade. Mas não, não acreditamos que tal venha a acontecer. Pelo contrário, acreditamos que estas soluções são as soluções que otimizarão a vida em sociedade.

### **Cidade: Coisas e Pessoas**

É um facto que as cidades portuguesas e europeias concentram hoje a maioria das actividades económicas e da riqueza, constituindo os lugares de maior potencial para a dinamização do crescimento económico, do emprego, da competitividade e da inovação. Porém, estas representam também os lugares onde mais se verificam complexos problemas ambientais e fenómenos de exclusão e polarização social.

Esta dicotomia explica-se pelo facto de, nas últimas décadas, o investimento nas cidades ter sido essencialmente marcado pela superação de défices infra-estruturais, em que o objectivo prioritário era o de melhorar a infra-estruturação básica e as condições de acessibilidade. Com este foco, sobrecarregou-se o sector da construção e negligenciaram-se necessidades demográficas e sociais não menos importantes. Derivado deste problema, o excessivo padrão de ocupação urbana originou sérios problemas de eficiência e sustentabilidade, o que constitui agora um dos principais desafios para as políticas urbanas.

Quando analisamos na perspectiva da interacção humana, esta sobrecarga urbana também se relaciona com o desaparecimento do “sentimento de vizinhança”, imperando o individualismo na busca de soluções para comunidade, esquecendo-se os efeitos positivos que a cooperação pode trazer para a comunidade em si mesma.

Conjugando as potencialidades da inovação tecnológica com as características do conceito cidade-urbana explorados acima, os desafios (e as possibilidades!) impõem-se.

Considerando isto, importa agora, portanto, aprofundar o conhecimento territorial e demográfico, de modo a aprender a gerir melhor, de forma mais eficiente e integrada, os recursos territoriais existentes, proporcionando a criação de condições para que as cidades portuguesas ganhem escala e competitividade no reforço, crescimento e internacionalização da economia portuguesa, por um lado, mas não deixando de responder às consequências de uma sobrecarga urbana específica, quer do ponto de vista infra-estrutural, quer do ponto de vista social e humano.

A valorização e o reforço do sistema urbano nacional, decorrentes de uma estruturação urbana eficiente, equilibrada e hierarquizada, são condições fundamentais para promover a competitividade da economia nacional, a coesão social e o desenvolvimento sustentável do país, sendo também o resultado prático do envolvimento e compromisso de uma multiplicidade de agentes e níveis de governação diferenciados, o que abrirá espaço de participação para toda a comunidade.

Estes serão factores fundamentais para que o enfoque das intervenções não se resuma

apenas à dimensão física do espaço urbano, mas vá também ao encontro de desígnios mais altos como a inclusão social ou a educação da população.

**“O desenvolvimento urbano das cidades passa cada vez mais pela regeneração do aglomerado urbano existente e, conseqüentemente, pela otimização dos seus recursos.”**

Miguel de Castro Neto

ex-Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza

A era dos “grandes dados” e da “Internet das Coisas” em que vivemos, possibilita que os governos e as autoridades locais possam desenvolver e implementar sistemas de cidade inteligente que, ao utilizar e explorar as tecnologias de informação, permitem melhorar a qualidade de vida de quem nesse território habita - ex.: FixCascais e GeoEstrela - assim como melhorar o desenvolvimento económico.

Estes são dois exemplos que apenas dizem respeito à manutenção do espaço urbano feito a partir do *feedback* de quem usa esse mesmo espaço, mas existem outros. Por exemplo, também em Cascais, os ecopontos estão equipados com sensores que, ao atingirem parte da carga máxima, emitem um alerta para que sejam recolhidos evitando assim o automatismo diário de recolha previamente planeada, o que permite definir rotas em função das recolhas necessárias, algo que inevitavelmente irá interferir com os gastos com os transportes de recolha.

Como podemos concluir por este caso, não só estamos a otimizar o tempo e a gerir os recursos de forma responsável, como estamos a minimizar ao máximo os custos com as recolhas, poupando desde logo combustível, e reduzindo as emissões atmosféricas nos trajectos de recolha.

Para além disso, e retomando o caminho da sustentabilidade, ao permitir gerir e controlar os recursos naturais de uma forma mais eficiente, podemos ainda referir os exemplos de sistemas de rega que, não sendo automáticos, poupam a distribuição da água. Ainda no âmbito da gestão da cidade, também será possível o controlo do trânsito na cidade, com base na geolocalização dos utentes da via pública.

Tal já vai acontecendo em várias regiões de Portugal, e não somente no litoral conforme muitos fazem crer.

Actualmente, e por meio da acção do anterior Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, podemos encontrar um *ranking* das *Smart Cities* portuguesas, em que, por exemplo, verificamos que

Bragança figura no top de cidades cujo funcionamento e governação começa a ser influenciado pelos sistemas de gestão de informação.



Fonte: Smart Cities Index – IDC & NOVA IMS, 2015

## **Ainda que num ritmo brando, o mundo mudou.**

Esta evolução leva-nos a falar de uma realidade em que redes de sensores interligados podem configurar o “sistema nervoso” da nossa cidade, onde um cidadão, com acesso a um *smartphone*, passa a ser considerado um sensor vivo dessa mesma cidade não sendo apenas um receptor de informação mas também um emissor.

Como tal, e com base nesta nova era da *big data*, estima-se que, com base em dados do New Jersey Institute of Technology, até meados da próxima década, mais de 80 cidades mundiais já terão adoptado tecnologias “inteligentes” gerando uma receita de cerca de 28 milhões de euros à indústria tecnológica associada a este fenómeno.

Assim, e tendo plena consciência das dificuldades que um projecto desta escala terá a nível local, **acreditamos que seja esta a via futura de assegurar não só a sustentabilidade económica e ambiental dos nossos municípios, como também a fórmula para um crescimento sustentado dos mesmos.** Assumindo-se, assim, como um instrumento útil para as cidades.

De entre os **benefícios** conhecidos, podemos destacar a **habilitação das cidades para conhecer, operar, inovar e acompanhar a complexidade e dinâmica dos sistemas urbanos, ao invés do que foi feito no passado.**

Podemos também reconhecer a possível **convergência para um sistema harmonizado de produção e partilha de informação, motivando a análise e discussão da estratégia territorial**, assim como a interação dos agentes da governação sectorial e territorial, do sistema científico e tecnológico e da nossa sociedade civil.

Para que possa existir um projecto inteligente e inovador, capaz de gerar bem-estar e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, promovendo os cuidados com o meio ambiente, a participação, a criatividade e o empreendedorismo, **a JSD Amadora pretende que:**

Com a aprovação desta Proposta Sectorial, **a Comissão Política Nacional da Juventude Social Democrata assuma uma posição assertiva em relação à defesa da inovação de processos e do território, promovendo a interação entre governantes e cidadãos;**

**Pretendemos assim que este tema** tão bem defendido durante o governo liderado por Pedro Passos Coelho **não caia no esquecimento!**

E que, cada vez que o mesmo for equacionado, seja associado a uma ideia nossa, a **uma bandeira intergeracional, pró-comunitária e inovadora**, com a qual **todos ficamos a ganhar, pelo crescimento e futuro do nosso país.**